

TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIADOR E A ESCOLA



DINALVA FERREIRA MACHADO DE OLIVEIRA

Licenciada em pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil, Conclusão em 12/01/2010. Professora de Educação Infantil e Fundamental I, Lotada na Emei CEU PERA MARMELO, JARAGUÁ - SÃO PAULO

RESUMO

O trabalho aqui apresentando tem como objetivo a reflexão do leito a cerca do transtorno opositor desafiador e como podemos lidar com ele dentro do ambiente escolar trazendo um maior conforto para os alunos, onde não tenham prejuízos nas questões pedagógicas e um respaldo para os professores, pais e sociedade. A falta de informação a respeito desse transtorno pode aumentar o desafio, levando as pessoas a entenderem que o aluno seja hiperativo, não recebeu limites ou até mesmo uma criança desobediente. Nós somos seres criados para conviver em sociedade, e esse convívio auxilia na nossa aprendizagem, trazemos para a nossa vida todas nossas vivências tanto com os nossos familiares como na escola. E excluir a criança desses convívios prejudica sua evolução e desenvolvimento, e quando ela já tem um diagnóstico de um médico qualificado, pode prejudicar também o seu tratamento. A convivência em comunidade não está atrelada a dependência, mas sim na construção dos nossos valores. As pesquisas sobre o TOD, ainda são muito superficiais, sabemos que pode acontecer tanto em crianças como em adolescentes, e são estudadas as possíveis causas e fatores. Se na escola não houver uma equipe multidisciplinar o trabalho com o aluno TOD, se torna muito vago, afinal é necessário que sejam traçadas metas e estratégias pedagógicas voltadas especificamente para esses alunos de forma que eles possam interagir com o restante da classe.

PALAVRAS-CHAVE: TOD; Professor; Educação; Escola.

INTRODUÇÃO

Na conferência mundial da UNESCO em 1990, realizada na Tailândia, o Brasil optou pela elaboração de um sistema de educação voltado para a inclusão ao assentir com a Declaração

Mundial de Educação para Todos. Nosso país validou esse compromisso com a educação inclusiva ao assinar a Declaração de Salamanca e se emoldar na Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais (UNESCO,1994). Essa atitude fez com que muitas coisas começassem a mudar quando se tratava de inclusão no ambiente escolar como elaboração de diretrizes nacionais para a educação e alterações na legislação todas elas voltadas para a ideia de educação inclusiva. Os reflexos dessas mudanças podem ser vistas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais ,em 1998 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LSB 9394/96,entre outras.

Existe uma questão que vem sendo abordada na área da educação que é o fato da escola não ter sido desde sua origem construída, pensada e elaborada para todos. Sendo que essa instituição voltada para a sociedade com o intuito de ensinar tem papel fundamental na formação humana, tem como obrigação ofertar a todos os públicos condições plenas de desenvolvimento.

Para Adorno, o travamento da experiência deve-se À expressão do diferenciado em prol da uniformização da sociedade administrada, e à repressão do processo em prol do resultado, falsamente independente, isolado. Estas seriam, como já se viu, as características da “semi-formação”. (Maar,1995, p.25)

Para chegarmos ao objetivo final que é termos uma educação inclusiva dispomos de alguns desafios, e entre eles, encontramos talvez o maior de todos: o preconceito. E essa barreira se enquadra num prejulgamento, formado individualmente da reflexão e experiência que cada cidadão preconceituoso leva consigo ao agir em relação a pessoas específicas. (Adorno, Frenkel-Brunswick, Levinson &Sanford,1965; Crochik, 2006).

Ao analisarmos o preconceito como uma oposição a mudança, precisamos e xergar que isso caracteriza uma defesa psicológica em luta contra uma sensação de ameaça de fundamento na própria sociedade. O preconceito não nasce com o indivíduo, e isso nos leva a uma grande reflexão sobre a questão da socialização e rastrear o porquê nossa sociedade encontra a necessidade de usar desse formato de agressão (Crochik,2006).

A troca de experiências com aquele que é alvo de preconceito parece ser um caminho real e efetivo para ultrapassar essa barreira. A alteração das atitudes é um dos pontos chave para solucionarmos essa questão e acolhermos as diferenças, o que traz o significado de cuidado que consequentemente legitima as necessidades individuais de cada um, o que gera a conhecida ação humanizada que vai contra a indiferença.

A militância em prol da inclusão escolar é algo muito recente se avaliarmos o longo momento que muitas minorias vivenciaram a exclusão de forma ativa, sendo prejudicado inclusive de aproveitarem de oportunidades educacionais que aqueles que possuíam acesso à educação de qualidade

A reestruturação do método educacional na educação inclusiva precisa ser feita levando em conta as questões de condições adequadas de aprendizagem, acesso devido e permanência acolhedora a todos os alunos com deficiência, pois devido suas especificidades demandam muitas vezes da escola ações individualizadas.

Historicamente, pessoas com deficiência sempre foram excluídas. Viviam longe do convívio social no geral, até mesmo em escolas eram separados nas conhecidas “classes especiais” que

eram formadas conforme suas deficiências e entendendo que esses estudantes precisariam passar por um processo de normalização para participarem de ambientes comuns. Hoje temos a mudança dessa história de exclusão, onde existem leis que asseguram esses estudantes direitos educacionais iguais e de equidade educacional.

Organizar o papel da escola no que diz respeito ao processo de aprendizagem do aluno requer que olhemos um pouco para trás, para conseguirmos entender as raízes de algumas questões como a classe especial, que tinha como objetivo moldar o aluno ao que se considera “normal” para que após esse tempo aprendendo sobre a normalidade ele pudesse começar a conviver com os outros estudantes. Esse tipo de atitude da escola em querer padronizar todos os alunos, descaracterizou o papel da escola quando pensamos na questão da inclusão.

Cabe à educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade, e que a da sua diversidade não apague a da unidade. Há uma unidade humana. Há uma diversidade humana. A unidade não está apenas nos traços biológicos da espécie Homo Sapiens. A diversidade não está apenas nos traços psicológicos, culturais, sociais do ser humano. Existe também diversidade propriamente biológica no seio da unidade humana; não apenas existe unidade cerebral, mas mental, psíquica, afetiva, intelectual; além disso, as mais diversas culturas e sociedades têm princípios geradores ou organizacionais comuns. É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicação do uno. Morin (2011, p.49-50)

Após essa leitura podemos afirmar que a ideia de escola inclusiva nos mostra quão importante é essa reformulação nesse quesito para os alunos com deficiência. A escola precisa estar preparada para a diversidade e acolher, e respeitar e acima de tudo valorizar cada traço único de seus alunos pois só assim iremos construir uma sociedade democrática. A escola precisa remodelar para que cumpra o seu papel social de receber a todos. A escola inclusiva é aquela que elabora seu processo de ensino aprendizagem de forma equitativa para que assim todo seu público tenha acesso as mesmas oportunidades de trabalho e na vida.

A avaliação especulativa desse presente artigo tem a intenção de propor no processo de aprendizagem um ambiente inclusivo, no qual as demandas de todos os participantes do processo educacional passam a ser validadas (Sekkel,2003) com base na Teoria Crítica da Sociedade. A hipótese é que a vivência e experiência de um convívio de crianças com deficiência ou outras diferenças com outras sem, em conjunto com uma equipe de funcionários motivada e vinculada no projeto escolar de inclusão tende a ter uma força transformadora nas relações ,sendo o resultado o respeito com o próximo, a aceitação das diferenças a diminuição do preconceito. A importância da experiência na formação humana é relatada por Adorno (1995^a, 1996) e Benjamin (1993).

O TOD E A ESCOLA

Nós, seres humanos, somos seres que necessitam dos relacionamentos para a nossa sobrevivência. O convívio é uma das bases mais importantes para o nosso desenvolvimento. A atenção, carinho, proteção que recebemos desde o nascimento são fundamentais para que possamos sobreviver. Para que possamos aprender a falar, precisamos que pessoas falem perto de nós.

Assim como precisamos de crianças em nosso dia a dia para que possamos aprender a brincar, correr e nos ensinar tudo aquilo que a infância pode nos proporcionar. Assim como a presença dos adultos é importante para que ensinem para aquela criança sobre os limites, a cultura e auxiliar de forma ativa no seu desenvolvimento e descobertas. De acordo com Savoia (1989):

O processo de socialização consiste em uma aprendizagem social, através da qual aprendemos comportamentos sociais considerados adequados ou não e que motivam os membros da própria sociedade a nós elogiar ou a nos punir. (SAVOIA, 1989, p. 55)

E é nesse momento que entra o papel tanto dos pais e/ou responsáveis como da escola, para que observem e pontuem como está sendo o desenvolvimento daquela criança, se está executando as tarefas de forma satisfatória ou se exige uma atenção mais de perto e que outros profissionais sejam solicitados para analisarem. O ambiente em que essa criança está inserida, contribui de forma muito forte para o desenvolvimento dessa criança de forma tanto positiva quanto negativa e dessa forma atinge a vida daqueles que convivem com ela. Pois caso esse ambiente venha a desenvolver nessa criança problemas psicológicos ou que atrapalhem seu desenvolvimento, toda a comunidade é afetada, pois podem ser geradas situações de risco.

Um dos transtornos que afetam o desenvolvimento das crianças é o Transtorno Opositor Desafiador, com a sigla TOD. Ele é um transtorno neuropsíquico de comportamento destrutivo, que são considerados comportamentos que atingem tanto para os portadores do transtorno quanto aqueles que convivem com eles. O TOD tem uma incidência de 6% entre crianças e adolescentes. O agrupamento F91 da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (ONU, 1989) caracteriza esse distúrbio

Tal comportamento deve comportar grandes violações das expectativas sociais próprias à idade da criança; deve haver mais do que as travessuras infantis ou a rebeldia do adolescente e se trata de um padrão duradouro de comportamento (seis meses ou mais). Quando as características de um transtorno de conduta são sintomáticos de uma outra afecção psiquiátrica, é este último diagnóstico o que deve ser codificado. O diagnóstico se baseia na presença de condutas do seguinte tipo: manifestações excessivas de agressividade e de tirania; crueldade com relação a outras pessoas ou a animais; destruição dos bens de outrem; condutas incendiárias; roubos; mentiras repetidas; cabular aulas e fugir de casa; crises de birra e de desobediência anormalmente frequentes e graves. A presença de manifestações nítidas de um dos grupos de conduta precedentes é suficiente para o diagnóstico. (ONU, 1989)

A capacitação dos profissionais que vão interferir na vida desse aluno é indispensável e deve ser incentivada pela escola, governo e sociedade. Afinal, o seu papel na vida desse aluno é de extrema importância para que todos na comunidade colham os frutos de um desenvolvimento saudável e acolhedor. Não conseguimos conduzir uma sala de aula sem inclusão da mesma forma que conduzimos uma sala de aula com alunos que possuam limitações. Para que o professor para realizar intervenções ele precisa conhecer qual a limitação do seu aluno e para que isso aconteça, é necessário que exista uma troca entre ele e o aluno e a família. Existem sugestões para que esse trabalho aconteça em sala de aula por Castro e Nascimento (2009):

- 1) Orientação da família que concorda em procurar ajuda;
- 2) Manter encontros frequentes de profissional de saúde mental com a família; 3) Manter contato com outros especialistas da escola ou que estejam em contato com o aluno;
- 4) Ter uma dose extra de paciência;
- 5) Incentivar os professores a elogiar seu aluno quando conseguir se comportar ou realizar algo;

- 6) Deixar que o aluno se sente próximo ao professor e a colegas afetivos e positivos;
 - 7) Evitar que janelas, portas ou coisas possam distraí-los;
 - 8) Deixar regras claras, explícitas e visíveis;
 - 9) Estabelecer contato com a criança pelo olhar;
 - 10) Falar baixo e de forma clara, de forma gentil e afetuosa;
 - 11) Dar orientações curtas e claras;
 - 12) Dividir as tarefas complexas em várias partes, com orientações simples; 13) Esperar pela resposta do aluno, cada um tem seu tempo;
 - 14) Repetir ordens sempre que for necessário;
 - 15) Ensinar o aluno a usar a agenda;
 - 16) Estabeleça metas individuais;
 - 17) Alternar métodos de ensino, evitando aulas repetitivas e monótonas;
 - 18) Deixar o aluno ser ajudante do professor;
 - 19) Deixar o aluno sair por alguns instantes da sala, se estiver muito agitado; 20) Possibilitar o uso de equipamento eletrônicos, multimídia.
- (CASTRO E NASCIMENTO, 2009, p. 46)

Todas as orientações são estabelecidas a partir do pensamento que esse desenvolvimento que tanto é desejado para esse aluno não será feita de forma isolada, a família, escola e comunidade precisam estar juntas nesse momento para compreender e auxiliar em tudo aquilo que for necessário. De acordo com Brasil (2002):

- É importante que o professor estabeleça claramente, com os alunos, os limites necessários para a convivência num coletivo complexo.
 2. É fundamental que seja identificada a forma mais adequada de comunicação para cada aluno, de forma a permitir que ele trabalhe com compreensão, com prazer e com a maior autonomia possível.
 3. É importante que o ensino seja individualizado, quando necessário, norteado por um Plano de Ensino que reconheça as necessidades educacionais especiais do aluno e a elas responda pedagogicamente.
 4. É importante que o aluno possa, sempre que possível, relacionar o que está aprendendo na escola, com as situações de sua própria vida.
 5. É importante, também, que as atividades acadêmicas ocorram em um ambiente que por si só seja tenha significado e estabilidade para o aluno.
 6. A previsibilidade de ações e de acontecimentos pode diminuir em muito a ansiedade do aluno que apresenta comportamentos não adaptativos. Assim, é importante que o professor estruture o uso do tempo, do espaço, dos materiais e a realização das atividades, de forma a diminuir ao máximo o caos que um ambiente complexo pode representar para esse aluno.
- (BRASIL, 2002, p. 19)

As sugestões acima são possíveis a partir do momento de um olhar cauteloso do governo e de políticas públicas que respaldem essas diretrizes trazendo segurança em primeiro lugar para o aluno e consequentemente para o restante da sua rede de apoio que inclui além da família a escola e também comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como mencionamos no trabalho o TOD atinge cerca de 6% das crianças e dos adolescentes, apesar de ser uma porcentagem pequena esse valor deve ser levado em consideração pois quando atinge os alunos que estão dentro da sua sala de aula, te leva a fazer um planejamento

específico a trabalhar de uma forma mais inclusiva e pensando no acolhimento desses alunos com o restante da sala, para que ninguém seja prejudicado e tenha o seu desenvolvimento atingido.

A escola precisa estar preparada para receber esses alunos, independente da sua condição, afinal a criança que está ingressando nesse ambiente totalmente novo precisa se sentir acolhida e compreendida e não como se fosse apenas mais um aluno dentro daquela sala de aula. Os professores precisam receber a capacitação necessária para que saibam conduzir suas aulas e realizar a adaptação dos alunos com Transtorno Opositor Desafiador, de uma forma segura e respeitosa. Sendo responsáveis pelo seu desenvolvimento e aprendizagem durante sua permanência na escola.

A instituição de ensino tem a necessidade de estar sempre conhecendo as novas estratégias e se inovando de acordo com aquilo que a literatura vai evoluindo e respaldando a inclusão desses alunos, afinal, todos aqueles que participam da vida da criança são responsáveis pelo seu desenvolvimento, então a capacitação não pode ser considerada opcional, mas sim uma obrigatoriedade para que os professores também possam instruir e orientar a família e comunidade, para que não exista a exclusão dessa criança do meio deles, mas sim que eles entendam suas limitações e a respeitem. Para que esse aluno seja motivado a sempre se expressar e assumir o papel que lhe é garantido na sociedade.

Todas as crianças e adolescente tem o direito assegurado a educação de qualidade, em uma escola que possa lhe oferecer profissionais capacitados e disponíveis a aprender. Em sala de aula estamos trabalhando no presente com nossos alunos, mas o reflexo daquilo que eles estão sendo orientados naquele momento será apresentado no futuro, a partir de experiências vividas na escola.

REFERÊNCIAS

UNESCO. (1994). **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca.

ADORNO, T.W. (1995). **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ADORNO, T. W., Frenkel-Brunswick, E., Levinson, D.J.,& Sanford,R.N. (1965). **La personalidade autoritária**. Buenos Aires: Editorial Proyección.

BRASIL. **Alunos com necessidades especiais**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso 24 ago. 2024.

CASTRO, C. A. A.; NASCIMENTO, L. **TDH: Inclusão na Escola: Adequação a Classe Regular de Ensino para Alunos Portadores de TDH (Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade)**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

Crochik, J. L. (2006). **Preconceito, Indivíduo e Cultura (3ª ed)**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

SAVOIA, Mariângela Gentil. **Psicologia social**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

ONU.CID-10. **Relatório para a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde Décima Revisão**. Versão 2008. Volume I.